



**Município de Cândido Rodrigues**  
Estado de São Paulo

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DO CREDENCIAMENTO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei 14.133/21)**

1.1. Credenciamento de interessados em prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos: impostos, taxas, dívida ativa, contribuições de melhorias e demais receitas municipais através de **DAM**, com código de barras em padrão **FEBRABAN**, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

1.2. Os serviços a serem fornecidos pelas instituições financeiras e os preços máximos a serem praticados são:

- a) R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) Guia/Boleto recebido via internet;
- b) R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) Guia/Boleto recebido no caixa eletrônico ou similar;
- c) R\$ 1,08 (um real e oito centavos) Guia/Boleto recebido via débito automático;
- d) R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) Guia/Boleto recebido na rede bancária ou similar, assim compreendidos os correspondentes bancários, gerenciador financeiro, banco postal, etc.,

**1.3. Para melhor análise quanto à demanda do município, informamos a seguir a previsão de documentos a serem emitidos:**

- IPTU: 1.590 carnês (sendo 1 parcela única e 8 vias do parcelamento cada);
- Taxa de Licença: 200 carnês (parcela única);
- ISSQN: 05 carnês (12 parcelas).

1.4. A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento em epigrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados.

1.5. O canal guichê será utilizado para receber documentos com valores iguais ou superiores a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acima dos passíveis de recebimento nos correspondentes bancários.

1.6. Os valores informados neste Termo de Referência foram levantados mediante pesquisa de preços diretamente com instituições financeiras.

1.7. No caso de prorrogação de contrato, os preços acima serão reajustados a cada 12 (doze) meses pelo IGPM/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

1.8. Os recursos provenientes da arrecadação oriundas dos recolhimentos das receitas do Município de Cândido Rodrigues em conta bancária a ser informada no momento da celebração do contrato.

1.9. O prazo de vigência da contratação é até 60 (sessenta) meses, contados a partir da emissão do Contrato e respectiva ciência da contratada, podendo ser prorrogada, com a devida justificativa, limitada, contudo, ao exercício financeiro, nos termos do art. 105 c/c 106, da Lei n. 14.133/2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).**

2.1. O credenciamento de instituições bancárias/financeiras é necessário para viabilizar/facilitar o processo de arrecadação de tarifas cobradas pelo Município de Cândido Rodrigues, reduzir a inadimplência e principalmente, melhorar o atendimento aos munícipes, que teriam dificuldades em efetuar os pagamentos se fosse preciso fazê-los diretamente na tesouraria da prefeitura municipal.



**Município de Cândido Rodrigues**  
Estado de São Paulo

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021).**

- 3.1. Com a ampliação de instituições bancárias/financeiras os munícipes terão mais oportunidades e opções de liquidação das taxas, tarifas e impostos gerados pelo Município, diminuindo assim a inadimplência dos usuários
- 3.2. Não há qualquer previsão quanto ao ciclo de vida, tendo em vista que se trata da contratação de serviços.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'd', da Lei n. 14.133/2021).**

- 4.1. A contratada deverá se enquadrar nos requisitos estabelecidos na cláusula 2 do edital, denominada de DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO, bem como demais previsões estabelecidas pelo Edital, por este Termo de Referência e legislação que rege o tipo de contratação ora executada.
- 4.2. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- 4.3. Não será admitida a subcontratação.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, "e", Lei 14.133/21).**

5.2. A instituição bancária deverá repassar o produto da arrecadação, em conta corrente de livre movimentação da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues mantida em agência de banco oficial, conforme art. 43, da Lei complementar 101/2000 e § 3º da art. 164 da Constituição Federal, após a data de recebimento, dentro dos prazos abaixo relacionados:

- I. No primeiro dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê e forma de pagamento em dinheiro;
- II. No primeiro dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no autoatendimento e internet;
- III. No segundo dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados na rede lotérica e forma de pagamento em dinheiro;
- IV. No primeiro dia útil após a data do recebimento para os documentos arrecadados no guichê, correspondente bancário.
- V. No segundo dia útil após a data do recebimento para as demais formas de pagamento.

5.3. Poderão ser agendadas visitas excepcionais pela Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, as quais serão marcadas antecipadamente e terão a duração necessária ao atendimento dos serviços estipulados para situações específicas.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, "f", Lei 14.133/21).**

6.1. O cumprimento do contrato deverá ser verificado, em especial quanto ao cumprimento dos repasses na forma do item 5, e seus incisos, bem como verificando o valor cobrado e conferindo a sua correção.

6.2. Fica designada como gestor do contrato a servidora efetiva **ELISANGELA MAURA VALERETTO**, Diretora do Departamento de Fianças e Tesouraria e como fiscal do contrato, a servidora efetiva **JULIANA APARECIDA VALERETTO**, Coordenadora do Setor de Tributos e Cadastro Municipal.

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de alimentos nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).



**Município de Cândido Rodrigues**  
Estado de São Paulo

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).**

7.1. Para pagamento deverão ser observados os valores estabelecidos nas letras “a” a “f” da cláusula 1.2 deste Termo de Referência, valores que deverão ser descontados diretamente pela instituição financeira no ato do pagamento.

7.2. A instituição financeira deverá encaminhar documento como demonstrativo das cobranças realizadas dentro de cada mês até o 5º dia útil do mês seguinte.

**8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de CREDENCIAMENTO, na forma presencial, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislações aplicáveis.

8.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso II, do Decreto nº 11.878, de 2024 e art. 79, II, da lei federal nº 14.133/21, ou seja, com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.

8.3. Para fins de habilitação as empresas terão de satisfazer os requisitos relativos à regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, bem como quaisquer documentos conforme abaixo solicitados:

8.3.1. Da Regularidade Jurídica:

a) Cópia do Contrato Social e alterações posteriores ou cópia da última alteração consolidada e das alterações subsequentes, registradas na Junta Comercial do Estado, em se tratando de Firma Individual, o Registro Comercial e, no caso de Sociedade por Ações, o Ato Constitutivo/Estatuto acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

8.3.2. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias, contando da data de abertura da licitação.

b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e Previdenciária, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do Domicílio Sede do licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.3.3. Da Qualificação Econômica-Financeira:

a) Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo(s) Distribuidor(es) da sede da empresa, observando-se a consulta a todo seles, em caso de mais de um, e, expedida há menos de 90 (noventa) dias contados da data de abertura desta licitação.

8.3.4. Da Qualificação Técnica:

a) Prova de autorização pelo Banco Central do Brasil, para funcionar como Banco Comercial ou Banco Múltiplo ou ainda como Cooperativa de Crédito;

8.3.5. Declarações:



**Município de Cândido Rodrigues**  
Estado de São Paulo

a) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (ANEXO III);

b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação (ANEXO IV);

**8.4. Disposições Gerais:**

8.4.1. Os documentos poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, devidamente autenticados ou em original acompanhados de cópia para autenticação pela comissão, no ato da abertura da habilitação.

8.4.2. Os documentos extraídos via internet terão aceite condicionado, mediante consulta via internet no ato da abertura da habilitação.

8.4.3. Quando os documentos apresentados não expressarem seu prazo de validade, esta será de 90(noventa) dias, contados de sua emissão.

**9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 12	
Órgão 01	Prefeitura Municipal de Candido Rodrigues
Unidade 02	Poder Executivo
Dotação	04.122.0002.2029.00003.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

10.1 O BANCO declara conhecer que, conforme a norma legal vigente está proibida de fornecer a terceiros qualquer tipo de informação que tenha obtido por ocasião da execução deste Contrato. Em consequência o BANCO se obriga a realizar todos os atos necessários para manter esta reserva, inclusive instruindo neste sentido os seus funcionários, agentes e representantes.

10.2. O BANCO assume a responsabilidade pelos atos praticados por seus funcionários, agentes, assessores, representantes e qualquer pessoa vinculada a sua instituição no cumprimento de suas obrigações.

10.3. Os valores referentes aos repasses não efetuados no prazo contratado estão sujeitos a correção com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais do dia útil seguinte, até o dia do efetivo repasse.

Candido Rodrigues, 12 de março de 2025.

Este Termo de Referência foi elaborado pela seguinte pessoa:

**Juliana Aparecida Valeretto**  
**Coordenadora do Departamento de Tributos e Cadastro Municipal**

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

---

**Tiago Alex Ravazzi**  
**Prefeito Municipal**



**Município de Cândido Rodrigues**  
Estado de São Paulo